AMENDOIM

Há anos, faltam estímulos aos produtores para se dedicarem com maior afinco à lavoura. O óleo foi substituído no mercado interno pelo de soja e só há interesse pelas exportações. As cotações dos substitutos no exterior foram rebaixadas pela concorrência do óleo de palma.

No final da década de 50, os óleos comestíveis vegetais começaram a ser consumidos em larga escala, no Brasil, em substituição à banha de porco. Naquela época, a maior demanda pelo óleo de amendoim veio incentivar a ampliação do plantio, que se destinava, em grande parte, à produção de farelo. Nos anos 60, foram colhidas, em média, 661 mil t de amendoim em casca, o dobro da produção média dos dois últimos anos da década passada (ver Quadro 03).

A produção, que atingiu seu ápice no triênio 1970-72, entrou em declínio, o que, em linhas gerais, continua até hoje. Na presente década, colheram-se, em média, apenas 305 mil t anuais, registro inferior ao verificado no final dos anos 50.

O decréscimo do plantio começou com o início da hegemonia do óleo de soja no consumo interno, a partir dos anos 70. A rentabilidade superior de outras culturas, como a do milho no Paraná, e a da cana-de-açúcar em São Paulo, explica, outrossim, mais recentemente, o abandono da cultura do amendoim nas principais regiões produtoras do país.

Face à concorrência interna, o óleo passou a ser direcionado ao exterior, como já se fazia com a semente e o farelo. Apesar de seus preços elevados, conseguiu manter um pequeno mercado cativo (ver Quadros 04 e 05). As exportações da semente de amendoim foram asseguradas pela sua boa qualidade, de sabor superior à similar norte-americana. A freqüência com que vem ocorrendo a contaminação por **aflatoxina** tem, entretanto, comprometido seriamente a sua reputação no estrangeiro. Já houve casos de devolução após a chegada ao destino, na Europa.

A **aflatoxina** é uma substância tóxica metabolizada por um fungo **(Aspergillus flavus)** que, no amendoim, desenvolve-se quando a semente possui um teor de umidade entre 9% e 35%. Pode causar doenças graves em animais que consomem as tortas e no ser humano, ao ingerir as sementes (mesmo torradas), doces e pastas, contaminados.

QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AMENDOIM EM CASCA 1960 A 1987 (em mil t)

ANO	AMENDOIM EM CASCA	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1960	408	–
1961	584	43,14
1962	648	10,96
1963	604	– 6,79
1964	470	–22,19
1965	743	58,09
1966	895	20,46
1967	751	–16,09
1968	754	0,40
1969	754	0
1970	928	23,08
1971	...	–
1972	...	–
1973	590	–
1974	439	–25,59
1975	442	0,68
1976	510	15,38
1977	321	–37,06
1978	325	1,25
1979	462	42,15
1980	483	4,55
1981	355	–26,50
1982	317	–10,70
1983	284	–10,41
1984	249	–12,32
1985	339	36,14
1986	216	–36,28
1987	196	– 9,26

FONTE – IBGE.

De acordo com a publicação **"Série Extensão Agroindustrial nº 3,** da **Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo,** a **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação** relaciona uma série de práticas recomendáveis para se evitar o aparecimento da **aflatoxina,** desde o plantio até o armazenamento.

Sugere-se, de início, que a semeadura se faça na época correta, de modo que a lavoura se desenvolva afastada o mais possível de plantas contaminadas e que se introduza, de forma rotineira, a rotação de culturas. A colheita não deve ocorrer antes da maturação e, em seguida, deve-se efetuar a secagem o mais rápido possível e evitar o reumedecimento dos frutos. As sementes danificadas e as vagens quebradas, tanto interna como externamente, devem ser eliminadas. Ao chegar ao armazém, o amendoim deverá ser colocado em locais secos e ventilados, garantindo a umidade adequada; sacas empilhadas a partir de estrados de madeira, a fim de evitar o contato com o piso. Sempre que possível manter o ambiente à baixa temperatura, já que o desenvolvimento do fungo está ligado diretamente ao

QUADRO 04 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE AMENDOIM – 1970 A 1986

ANO	SEMENTE		FARELO		ÓLEO	
	Quantidade (1000 t)	Preço Médio (US$/t)	Quantidade (1000 t)	Preço Médio (US$/t)	Quantidade (1000 t)	Preço Médio (US$/t)
1970	53	229	201	78	32	314
1971	36	247	1.193	86	59	372
1972	56	244	168	85	77	355
1973	54	359	78	179	44	439
1974	53	532	35	104	32	965
1975	59	544	36	101	37	855
1976	25	522	88	122	94	643
1977	31	640	48	192	49	805
1978	17	669	53	154	60	949
1979	24	644	86	169	83	894
1980	32	661	101	163	122	707
1981	30	1.068	46	195	46	1.019
1982	17	648	41	148	78	586
1983	12	673	37	101	57	482
1984	13	739	13	122	26	942
1985	20	609	37	72	79	823
1986	12	673	25	79	14	544

FONTE – Cacex.

calor.

Na medida em que os preços externos apresentam tendência declinante, cobrindo cada vez menos os custos de produção, mais difícil se torna estimular os produtores a arcarem com as despesas adicionais derivadas da adoção destas medidas profiláticas, dado que a cultura costuma ser associada ao processo de renovação de pastagens e normalmente explorada por arrendatários sem grandes recursos financeiros.

A queda dos preços, internamente, decorre, na atualidade, do decréscimo dos preços do óleo no mercado internacional (as indústrias brasileiras de óleo processam entre 70% a 80% da produção).

Com o óleo de palma sendo negociado, no mercado internacional, a preços inferiores aos demais óleos comestíveis (como na primeira metade da atual década), as exportações brasileiras de óleo de amendoim só puderam ser feitas a preços bem mais reduzidos relativamente aos que vigoraram na década anterior (ver Quadros 04 e 05).

Segundo a publicação alemã **"Oil World"**, de abril de 1985, a produção de óleo de palma vem crescendo nos anos 80 a taxas maiores do que as dos demais óleos e esta tendência se acentuará até 1990. De 1983 a 1986, por exemplo, a produção mundial do óleo de palma superou, a cada ano, a do óleo de amendoim em 83%, 108%, 117% e 143%, respectivamente. A **Malaísia**, que responde por aproximadamente 60% da produção mundial, tem sido a grande responsável pela maior oferta e pela conseqüente redução dos preços.

Enquanto as cotações do óleo de palma são as mais baixas do mercado internacional, os preços do óleo de amendoim estão situados em níveis bem mais altos, quando se comparam os principais óleos comestíveis vegetais. Em 1982-83, o preço do óleo de palma representava, em média, 80% do de amendoim e, em 1985-86, o percentual caiu para 52%.

Se, realmente, a produção mundial do óleo de palma continuar crescendo como se prevê, provocando a redução das suas cotações e, também daquelas de seus concorrentes, será quase impossível que o Brasil continue exportando óleo de amendoim a preços que cubram os custos.

Observando-se, nos últimos dez anos os preços médios das exportações brasileiras de óleo de amendoim, vê-se que, de 1977 a 1981, as vendas se efetuaram por preços acima de US$ 700/t e, a partir de 1986, o mercado recuou para cerca de US$ 560/t, em média. No início de 1987, houve vendas a menos de US$ 400/t.

Os picos de alta coincidiram com

QUADRO 05 – ÓLEOS VEGETAIS – COTAÇÕES[1] EM ROTERDÃ – MERCADO SPOT OUTUBRO A SETEMBRO 1982/83 A 1985/86 – US$/t (CIF)

ANO	AMENDOIM	PALMA	SOJA	ALGODÃO
1982/83	588	473	463	611
1983/84	1.036	796	722	848
1984/85	914	612	625	763
1985/86	644	334	377	513

FONTE – "Oil World"
[1] Média anual.

as reduções nas colheitas do amendoim nos **EUA, China, Senegal** e **Argentina,** em 1978, e nos **EUA** e **Senegal,** em 1981. Devido basicamente aos estoques elevados de óleos comestíveis, na Europa, o óleo de amendoim teve seus preços reduzidos para níveis bastante baixos em 1982 e, mais ainda, em 1983.

Nesses dois últimos anos, os preços para o agricultor brasileiro também entraram em declínio (ver Gráfico 01). Em 1984, o governo federal desencadeou uma campanha de incentivo ao plantio. A **Cacex** e instituições especializadas promoveram um ciclo de debates em Ribeirão Preto (SP), importante região produtora, com o objetivo de difundir a idéia do plantio do amendoim em rotação com a cana-de-açúcar, o que já vinha ocorrendo havia oito anos, em algumas áreas do estado. No ano seguinte, foi realizado, em Marília (SP), o último ciclo de debates, com o mesmo objetivo.

Esperava-se, assim, atrair os plantadores de cana-de-açúcar, principalmente os usineiros, na tentativa de se recuperar a perda decorrente do quase **desaparecimento** do produtor tradicional de amendoim. Por outro lado, ganhariam também os produtores de cana, uma vez que o amendoim (como as demais leguminosas) fixa nitrogênio no solo, evitando maiores gastos com adubação, além de se constituir em mais uma fonte de receita. Do ponto de vista social, haveria a chance de ocupar a mão-de-obra possivelmente ociosa do setor canavieiro.

Os técnicos governamentais ligados à exportação acreditavam existir, na época, um mercado europeu potencial e, para alcançá-lo com sucesso, haveria a necessidade de, antes, assegurar aumentos de produção.

Após a grande elevação dos preços do óleo no mercado externo e do amendoim internamente, em 1984, ambos entraram em declínio, fase que perdura até 1987 (ver Quadro 04 e Gráfico 01). Já não se justificava mais tentar convencer os agricultores a plantar sem os estímulos de preços de mercado. O governo, portanto, desistiu da realização do terceiro ciclo de debates, que já estava em cogitação para 1986.

Evidentemente, o interesse governamental era explorar ao máximo o potencial de geração de divisas do produto. Em 1986, as indústrias de óleo pleitearam subsídios oficiais para exportação, como já havia ocorrido em 1982 e 1983, quando os preços foram igualmente reduzidos. O incentivo consistia em empréstimos para que pudessem adquirir amendoim a preços considerados remuneradores ao produtor, ou seja, ao preço mínimo da **CFP,** e mantivessem os custos industriais compatíveis com os preços de exportação do óleo. Desta forma, o governo se livrava da incumbência de arcar com o ônus da estocagem do grão, produto altamente perecível e exigente de cuidados no que diz respeito à **aflatoxina.**

Desta vez, porém, diante da política de não onerar o **Tesouro Nacional,** não houve chances de se atender ao pleito das indústrias quanto ao subsídio direto. Foi concedido, em contrapartida, o **EGF** para o óleo, como já ocorria anteriormente, mas com opção de venda (**EGF-COV**), o que se constituiu em novidade. O preço mínimo, pelo qual a **CFP** compraria o óleo, foi calculado a partir do preço mínimo do amendoim em casca, que o industrial pagaria ao agricultor, acrescido de todos os custos para a obtenção do óleo e uma margem de lucro de três por cento.

Novamente, o governo pretendeu garantir o preço mínimo ao produtor rural, através das compras das indústrias. Quando chegou o momento da liqüidação da dívida junto à **CFP,** no final de 1986, os preços do óleo no mercado internacional estavam tão reduzidos que, para as indústrias, era melhor entregar o produto ao preço mínimo para o governo. A **CFP** exigiu, então, que fosse feita a entrega do óleo refinado e não em bruto, pois visava a sua venda no mercado interno. O subsídio líquido desta operação ficava menor do que na exportação, como era concedido anteriormente, uma vez que existia o benefício de alguns impostos cobrados nas diversas etapas de comercialização.

Diante da recusa das indústrias, alegando certas dificuldades no refino do óleo, a **CFP** passou a cogitar da compra do óleo em bruto para entrega a outras indústrias, que já se interessavam em refiná-lo. O seu preço, no varejo, teria que ficar entre o do óleo de soja e o do milho, segundo estudos da **CFP,** para que houvesse competitividade. É bom lembrar que já não mais existe, no país, o hábito do consumo do óleo de amendoim, que é inteiramente exportado.

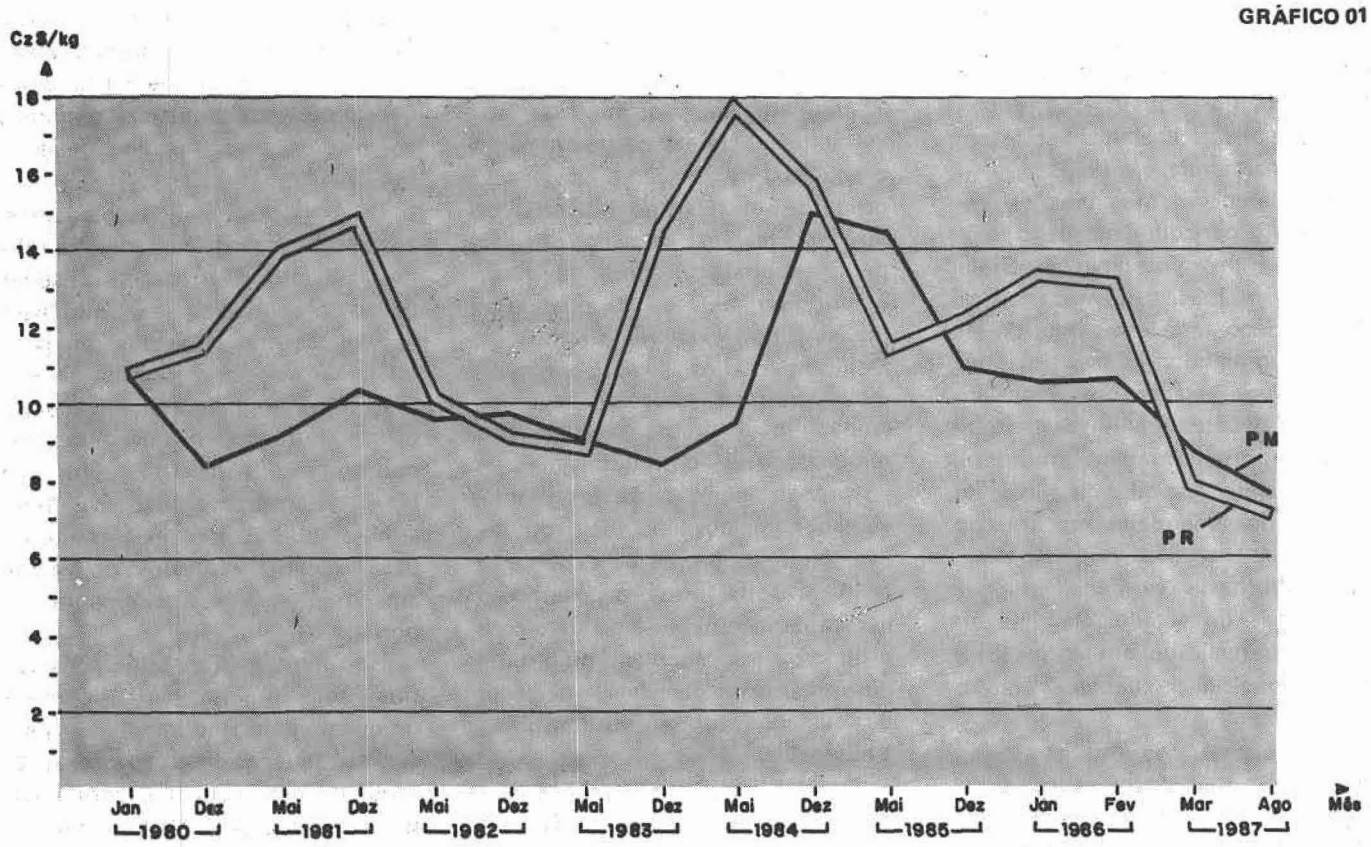
No último mês de abril, após vários adiamentos por parte do governo quanto à decisão a tomar, os preços no mercado internacional apresentaram uma pequena reação, viabilizando as exportações. As prorrogações da liqüidação dos empréstimos concedidos, a juros inferiores às desvalorizações cambiais do período, contribuíram igualmente para a superação da gravosidade.

A política adotada nos últimos anos, em relação ao amendoim, tem demonstrado serem prioritárias as exportações dos derivados. Todavia, pouco incentivo tem sido dado ao plantio, salvo quando se vislumbra uma possibilidade de ampliar as vendas externas, seja do amendoim em semente, seja de seus derivados em grão.

Os preços mínimos, na década atual, têm permanecido freqüentemente abaixo do preço de mercado (ver Gráfico 01). Nas safras 1982/83 e 1984/85, essas posições se inverteram e o governo adquiriu quantidades razoáveis, principalmente na última safra citada, quando mais de 15 mil t, ou 4,5% da produção, foram compradas (ver Quadro 06). Esta foi

BRASIL – AMENDOIM – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES E PREÇOS MÍNIMOS[1] NOS MESES DE SUA FIXAÇÃO 1980-87 – (Cz$/kg)

GRÁFICO 01



FONTE – FVG/Ibre/Cea, Conjuntura Econômica e CFP.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para agosto de 1987.

a maior aquisição feita pela CFP desde os últimos anos da década de 60, uma vez que, nas demais ocasiões, a média ficou em 0,05% da produção (entre 1967 e 1986 as AGF totalizaram 2,3 mil t, frente à produção média de 495 mil t).

Os dados sobre crédito para comercialização mostram, também, a preferência do governo pelas indústrias. De 1982 a 1986, o produtor rural recebeu de EGF 4,42%, as cooperativas 24,06% e as indústrias 71,52% do total concedido, fato que também ocorre com outros produtos agrícolas industrializados.

Na safra 1986/87, os agricultores defrontaram-se com uma série de dificuldades, na fase de comercialização, imposta pelo governo, pois este não contava com recursos para AGF, nem para EGF a juros preferenciais nem, tampouco, dispunha de armazéns suficientes para a estocagem. Muitos agricultores acabaram por entregar suas sacas a preços inferiores ao preço mínimo (Cz$ 100 pela saca de amendoim em casca do subgrupo comum) para poderem saldar seus compromissos bancários.

A lavoura continua a enfrentar hoje os mesmos problemas observados anteriormente, com tendência a se agravarem. Na medida que os preços de todos os óleos vegetais entram em declínio, **puxados** pelos preços decrescentes do óleo de palma, as indústrias brasileiras de óleo de amendoim ficam impossibilitadas de pagarem pelo produto em casca uma quantia que remunere o custo de produção dos agricultores, que são, em geral, arrendatários e desprovidos de recursos. O desestímulo leva, em primeiro lugar, ao abandono do uso de tecnologia mais moderna, a fim de diminuir seus custos e, posteriormente, à redução da área plantada, podendo-se chegar à substituição total da cultura.

A idéia de sensibilizar os produtores de cana-de-açúcar – que já contam com cooperativas bem estruturadas – a plantarem também o amendoim, tencionava aproveitar de forma menos dispendiosa, os recursos disponíveis daqueles agricultores

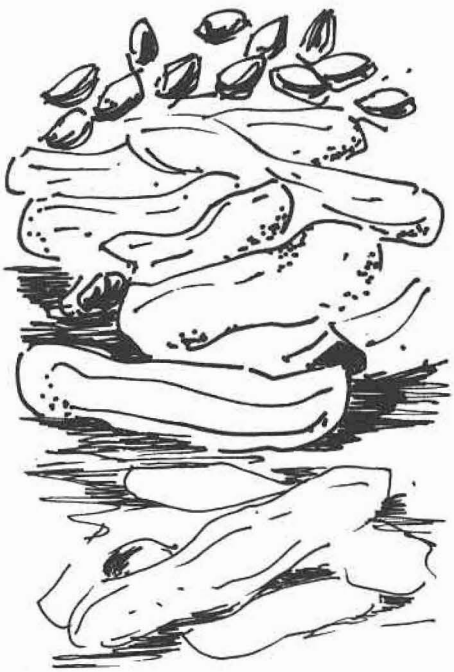
para o aumento da produção.

Realmente, os fatos têm demonstrado que estes produtores são os que suportam melhor as reduções de preços e se imagina que, a persistirem os desestímulos de mercado, o plantio ficará restrito à região da cana-de-açúcar.

No primeiro semestre de 1987, os preços do amendoim em casca elevaram-se, graças à recuperação dos preços do farelo, principalmente no mercado interno, onde é consumido em sua quase totalidade. A **CFP** ficou, assim, dispensada de repetir o subsídio às exportações de óleo, a exemplo do que ocorreu no ano passado, a fim de garantir o preço mínimo ao agricultor.

No governo, há quem defenda a idéia de se tentar reativar o mercado interno do óleo de amendoim, como única solução para salvar a atividade da extinção. Uma vez que a iniciativa privada já não demonstra interesse pelo mercado, evidentemente pela pouca ou nenhuma lucratividade, há que se perguntar qual seria o custo social de tal política. Se o governo subsidiar a produção de óleo para o mercado interno, criando uma situação artificial para as indústrias, correrá o risco de perpetuar a dependência.

Como cabe ao mercado a função de determinar o **que produzir** e **como produzir**, a intromissão do Estado na comercialização acaba por deturpar as informações corretas dadas pelos preços internos e externos. O temor



que as autoridades governamentais têm demonstrado, de que a cultura do amendoim seja abandonada, tem feito com que as informações do mercado sejam, de certa forma, esquecidas e substituídas pelo socorro do governo, como se a situação adversa por que passa o produto fosse fato meramente conjuntural.

A quantidade de empregos, diretos e indiretos, gerados tanto no campo como nas cidades, em função da produção do amendoim e seus derivados, tem sido levantada como justificativa da intermediação do governo. Além disto, há também o argumento de que alguns produtos estariam hoje dominando o mercado por terem contado com a proteção governamental. Neste sentido, o amendoim teria sido relegado a plano secundário, pois teria havido uma **vontade política** de incentivo a alguns de seus concorrentes. Este quadro, segundo alguns, poderia ser agora revertido para que o amendoim recuperasse o espaço perdido.

Contudo, subsídios governamentais não devem ser concedidos antes de uma correta avaliação dos benefícios a serem alcançados. Um programa que ajudasse os produtores rurais a terem ganhos de produtividade que levassem à redução dos custos, ou de incentivo a novas formas de cultivo que igualmente baixassem as despesas (a exemplo do plantio em rotatividade com a cana-de-açúcar), seria o melhor caminho para induzir os agricultores a obterem lucro, em um cenário de preços deprimidos. Com o preço mais barato da matéria-prima, as indústrias poderiam, aí sim, manter-se sem a ajuda do governo e até reativar o consumo interno. Caso contrário, seria melhor deixar que as livres forças de mercado se incumbissem de selecionar os produtores mais eficientes ou, até mesmo, determinar o abandono do plantio.

Sendo o amendoim uma cultura temporária, torna-se bem menos custosa a sua substituição, principalmente por outra de curto ciclo. No caso das indústrias, a adaptação já vem ocorrendo, ao longo dos anos, com a produção simultânea de outros óleos vegetais.

QUADRO 06 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AMENDOIM EM CASCA E TOTAL DE AGF E EGF – 1983-86

ANO	PRODUÇÃO	AGF[1]	EGF					
			Produtor		Cooperativa		Outros	
	(1.000 t)	(t)	(t)	%	(t)	%	(t)	%
1983	284	577	1.451	1,70	6.250	7,32	77.632	90,98
1984	249	950	8,18		7.107	61,21	3.553	30,60
1985	339	15.294	7.245	7,38	8.590	8,75	82.314	83,87
1986	216	9	312	0,43	13.694	18,94	58.279	80,63

FONTE – CFP/IBGE/Ministério da Agricultura.
1 Também foram efetuadas aquisições oficiais em 1971 (5 t), 1972 (11 t), 1977 (208 t) e 1982 (22 t).